

Além da Taprobana

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

O Natal já chegou no comércio e nas preocupações de pais ou mães obrigados a dar presentes para filhos e netos. Isso significa também que o primeiro ano da administração Lula está perto de se encerrar. E, até agora, não se conhece os objetivos governamentais. O Plano de Aceleração do Crescimento, famoso PAC, herança do governo Dilma Rousseff, é uma tentativa, porque relaciona obras que o governo, com auxílio da iniciativa privada, pretende realizar. Não constitui um programa de metas, mas de possíveis construções se todos os fatores forem favoráveis à sua execução.

O presidente Lula iniciou sua terceira passagem pelo Palácio do Planalto com muita fome para realizar política externa. Frequentou todos os cenários possíveis. De Pequim a Nova Iorque, passando por diversos países da Europa, da Ásia e do Oriente Médio. Além das reuniões bilaterais e multilaterais. Dedicou-se mais às relações exteriores que à política interna. Não foi um erro, porque o presidente anterior procedeu de maneira inversa. Conseguiu indispor o Brasil com os principais parceiros comerciais. E foi uma nulidade no plano externo.

O ministro Mauro Vieira falou de público sobre o fracasso do Conselho de Segurança da ONU, que não conseguiu sequer propor um breve cessar-fogo no conflito entre Israel e o grupo Hamas, chamado de terrorista. A guerra continua na Palestina, Israel com licença para matar crianças, jovens, velhos, mulheres e civis que nada têm a ver com o conflito, e prossegue na Ucrânia por intermédio dos sonhos de Putin para reconstruir a Grande Rússia. Os vendedores de armas estão vivendo momentos gloriosos, realizando lucros jamais imaginados. E os promotores da paz sofrem profunda decepção com os organismos multilaterais.

Parece que o fim de um ciclo está se impondo, lenta e concretamente, no teatro das relações internacionais. Xi Jinping se encontrou, semana passada, com Joe Biden numa luxuosa mansão nas proximidades de San Francisco, na Califórnia. Eles conversaram durante cinco horas, os primeiros minutos em público. O resto do tempo em particular, com auxílio de intérprete e um encarregado de tomar notas para posterior construção do documento. Falaram sobre manter relações de alto nível entre as forças militares, comércio e diversos assuntos previamente pautados. Ao final, o chinês, fleugmático, disse que a Terra é grande o suficiente para a vida de dois países. Significa que eles dividiram o planeta, e cada um ficará com seu pedaço. Sem guerra. Mas com as agressões toleráveis.

Ao que parece, é o começo de um novo ciclo. A China tem o poder de, por meio de sua diplomacia, reduzir ou até acabar com o conflito na Ucrânia. Os Estados Unidos têm a capacidade de alcançar algum tipo de trégua na Palestina se conseguir afastar os radicais dos dois lados. Se isso for alcançado, o mundo entrará em um novo momento das relações internacionais.

Todo o comércio e a maneira de viver nos últimos séculos, desde a Revolução Industrial, teve a Europa como modelo. O que está em processo, neste momento, é a lenta migração do centro do mundo dos negócios do modelo europeu para o asiático. Do Atlântico para o Pacífico. Dos Estados Unidos para a Ásia, China e países próximos, incluindo a Índia. Se os dois grupos conseguirem viver em paz nos próximos tempos, o mundo conhecerá um novo ciclo de desenvolvimento. Mas é uma transição lenta, cuidadosa, cheia de esquinas perigosas e armadilhas mortais, montadas para desacreditar os opostos.

Neste momento de conflitos bárbaros ocorrendo na Europa e no Oriente Médio, a diplomacia brasileira com seu soft-power, cuja melhor tradução seria a boa conversa, conseguiu ir além da Taprobana atual. Tirou os brasileiros da área de conflito e conseguiu, depois de muita lábia, resgatar de dentro da Faixa de Gaza brasileiros que remanesçam no teatro da guerra. Mas nas Nações Unidas ganhou um veto dos Estados Unidos, soco abaixo da cintura, que traçou o limite de atuação de país emergente. O problema de Israel é do governo norte-americano, embora seja também um assunto europeu. Israel foi criado por judeus do mudo inteiro e, principalmente, pelos que fugiram da Europa depois da perseguição dos nazistas, com auxílio do Haganá, antecessor do Mossad.

Os diplomatas brasileiros estão na linha de frente de todos esses conflitos. As intervenções de Lula na Ucrânia não foram bem-sucedidas. Ele não conseguiu boa repercussão quando falou da guerra na Palestina. O acordo do Mercosul com a União Europeia não foi assinado. O resultado da política interna é razoável. E da política externa, apesar do notável esforço, também não ofereceu resultados positivos além da retirada dos refugiados. Ao que parece, está de volta a lei do mais forte. E cada um no seu pedaço.

20 de novembro: para além de uma data no calendário

» NILMA LINO GOMES

Ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e consultora de Políticas Antirracistas da Fundação Santillana

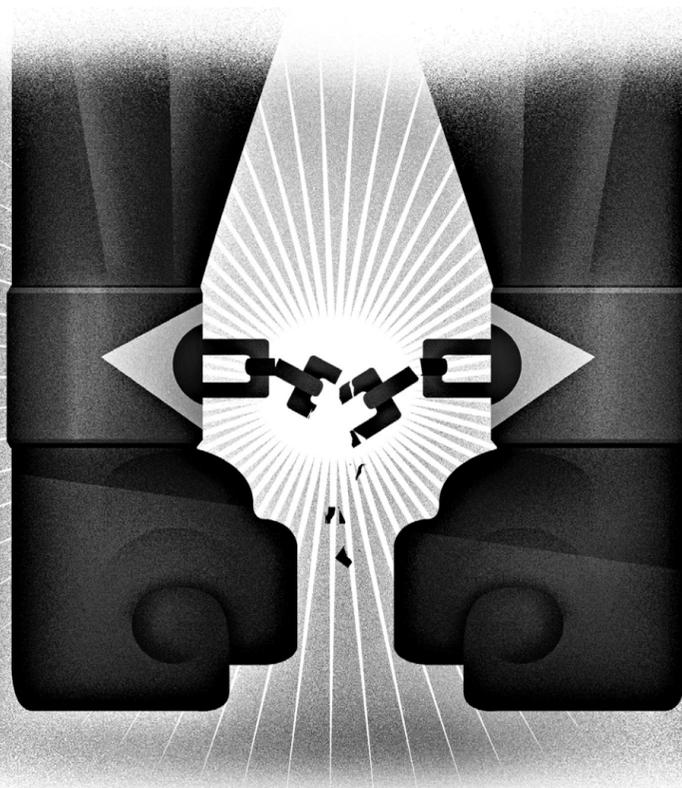
O 20 de novembro não é uma data qualquer em nosso país. É um dia de lembrar a luta contra a escravidão realizada pelos povos escravizados e seus descendentes no Brasil. É um momento de celebrar a força e a resistência afro-brasileiras. É a oportunidade de tomada de consciência de todo e qualquer brasileiro e brasileira sobre a importância da luta antirracista e o dever do Estado de implementar e aperfeiçoar as políticas de igualdade racial.

O Quilombo de Palmares (1597-1694), pedra fundamental para esse dia tão importante, como diversos outros quilombos erguidos no Brasil ao longo de 300 anos, simboliza a luta coletiva de negros e negras escravizados que se levantaram contra o sistema escravista. Sistema esse cujos efeitos nefastos repercutem até hoje no quadro de desigualdades raciais que assola a vida da população negra.

Ao comemorarmos o Dia da Consciência Negra, escolhido em homenagem a Zumbi, líder do Quilombo de Palmares, assassinado em 20 de novembro em 1695, nos reconectamos à força dos heróis e das heroínas negras que ajudaram a moldar nossa identidade brasileira. Palmares foi, acima de tudo, um ato de liberdade inspirado pela ancestralidade africana.

O dia 20 de novembro remete à virada interpretativa da história da população negra, promovida pelo movimento negro em sua dimensão educativa, que fez emergir a ação política da resistência ao poder opressor. Por isso, deve ser motivo de orgulho para todos os brasileiros e brasileiras, independentemente de seus credos, origens ou orientação política. A consciência negra destacada nesse dia se configura como uma referência importante para a construção de novas formas de sociabilidade capazes de superar o racismo sistêmico. Portanto, mais do que uma data inscrita no calendário oficial, ela simboliza um avanço na agenda de construção de uma sociedade mais democrática.

Destacar um dia nacionalmente alçado para a celebração da negritude, no Brasil, é resultado da luta pelo reconhecimento de que nossa sociedade plurirracial, plurirracional e pluricultural abriga não somente a beleza da diversidade, mas, também, um passado e um presente de violências que atingem determinados coletivos sociais, étnicos e raciais considerados como diferentes. É preciso reler a história da população negra brasileira



com os olhos dos avanços da justiça e dos direitos humanos. Assim, compreenderemos que não é mais possível manter uma atitude de apatia e inércia raciais em face da existência do racismo que retira direitos e desumaniza negros e negras. Essa releitura certamente nos ajudará a entender melhor as desigualdades raciais cravadas na estrutura e nas relações sociais e revelará a branquitude como parte e projeto das relações de poder.

O Dia da Consciência Negra não significa um lamento, tampouco é um mimimi, como debocham determinados grupos conservadores. Ao contrário, esse dia nos ajuda a lembrar que Palmares foi, acima de tudo, um ato grandioso de liberdade e de protagonismo negro. E essa liberdade não era só para a população negra. Era para todo o país. A libertação do jugo colonial — aposta de Palmares — abrangia todos os oprimidos.

Em 2023, o Dia da Consciência Negra ganha novas perspectivas e novos motivos de reflexão. Em anos recentes, testemunhamos ataques em série à democracia, desmontes estruturais que afetaram, sobretudo, a população negra, pobre, periférica, quilombola,

os povos indígenas... As populações tidas pelos setores dominantes, capitalistas e racistas como “menos humanas”.

A reflexão acerca da consciência negra nos adverte de que a igualdade e a equidade raciais são necessárias para a concretização da democracia. Ela nos ensina que só se alcança a democracia por meio de uma construção coletiva e consciente de um projeto de sociedade e de Estado em que caibam todas e todos com direitos iguais, reconhecimento e respeito às diferenças e aos diferentes. O Dia 20 de Novembro nos inspira à construção de uma ética e de um novo pacto social no qual o antirracismo seja ao mesmo tempo um princípio, uma ética, uma prática e um valor humano.

Quanto mais a nossa sociedade se abrir para o entendimento de que o racismo é um mal que arasta e aprisiona todas e todos, independentemente de sermos negros ou brancos, amarelos, indígenas, mais nos aproximaremos da consciência negra, entendida pelo movimento negro como libertação do aprisionamento social, político, ético e cognitivo imposto pelo racismo.

A nova Lei de Cotas e o papel pioneiro da UnB

» MÁRCIA ABRAHÃO

Geóloga, reitora da Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

No último dia 13, o Brasil testemunhou um marco significativo com a sanção da Lei nº 5.384, a nova Lei de Cotas, cuja relatoria na Câmara dos Deputados ficou a cargo da deputada federal Dandara Tonantzin (PT/MG), graduada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestra pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O relator no Senado foi o senador Paulo Paim (PT/RS).

Entre as alterações trazidas pela nova lei, estão a inclusão de estudantes quilombolas, a prioridade para cotistas no recebimento de auxílio estudantil, a extensão das políticas afirmativas para a pós-graduação e o teto de renda familiar para um salário mínimo per capita. Uma mudança significativa é o novo processo de ingresso, priorizando a ampla concorrência antes das reservas de vagas por cotas.

A Universidade de Brasília (UnB), pioneira entre as universidades federais, iniciou o ingresso por cotas raciais em 2004. Como ocorre com os pioneiros, a trajetória das cotas raciais na UnB teve seus desafios, notadamente em 2009, quando a política foi questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). Em abril de 2012, após uma longa batalha judicial, o STF reconheceu a constitucionalidade da nossa iniciativa. Em agosto do mesmo ano, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas para o Ensino Superior. Mesmo assim, a UnB manteve o programa próprio de cotas, destinando 5% das vagas da graduação para estudantes negros e 5% para indígenas. Incorporamos em seguida as pessoas com deficiência e temos ampliado cada vez mais o ingresso de estudantes indígenas.

Em 2007, a UnB ousou mais uma vez: foi uma das quatro universidades que iniciaram o projeto-piloto de licenciatura em educação do campo. Hoje, 33 instituições, todas públicas federais, têm o curso, que representa uma experiência universitária ímpar, chamada de pedagogia da alternância, a quilombolas, assentados, ribeirinhos, gerzeiros e outros residentes do campo.

O compromisso da UnB com a inclusão não se limita à graduação. Em 2020, aprovamos a política de ação afirmativa para negros, indígenas e quilombolas para a pós-graduação. Em 2021, passamos a reservar 31% das vagas de estágios para estudantes negros e indígenas. Este ano, aprovamos política para ampliar ainda mais a quantidade de docentes negros e indígenas. Em breve, a UnB vai inovar novamente: seguindo o perfil demográfico da população brasileira, vamos implementar cotas na graduação para pessoas com 60 anos ou mais.

Seguindo os passos dos mestres Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, como primeira mulher reitora da Universidade de Brasília, desde 2016 faço de uma das minhas missões a busca obstinada pela promoção dos direitos humanos, juntamente com a defesa intransigente da democracia.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que representa todas as 69 universidades federais do país, dois centros federais de educação tecnológica e dois institutos federais de educação ciência e tecnologia, destacou, em sua última pesquisa, um progresso notável no percentual de cotistas nas universidades federais: de 3,1%, em 2005, para 48,3%,

em 2018. Além disso, 51,2% dos estudantes da graduação são negros.

Os números, portanto, falam por si. Na última avaliação do Ministério da Educação, quase 90% das universidades federais obtiveram a nota máxima. Na pós-graduação, 80% das instituições com cursos de excelência são universidades federais. As demais são estaduais, também públicas. Em todas as avaliações nacionais e internacionais, as universidades públicas estão posicionadas nos primeiros lugares. E fazem isso ampliando cada vez mais as políticas de inclusão da população.

Andando pelo Brasil, vemos como o nosso país é desigual e o quanto ainda vai precisar de políticas afirmativas, existentes principalmente nas instituições públicas federais que, mesmo passando por dificuldades de todos os tipos, mantêm o seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico do país.

As políticas inclusivas, ao mesmo tempo em que são catalisadoras de mudanças sociais profundas, trazem inúmeros desafios para a permanência dos estudantes na educação superior, o que demanda ampliação de recursos, pessoal especializado e formação da comunidade para garantir a trajetória de sucesso do estudante.

Como entou o público de estudantes, gestoras e gestores, profissionais da educação e parlamentares durante a cerimônia de sanção da nova lei: “As cotas! As cotas! As cotas abrem portas!” E como atestou o presidente Lula, “basta um passeio pelo campus da UnB” para constatar o quanto a Lei de Cotas “mudou a cara do ensino superior neste país”. E vamos continuar mudando!